



Mercator - Revista de Geografia da UFC
ISSN:
ISSN: 1984-2201
edantas@ufc.br
Universidade Federal do Ceará
Brasil

TERRITÓRIOLOGIA NA/DA PRÁXIS?

Saquete, Estruturas

TERRITÓRIOLOGIA NA/DA PRÁXIS?

Mercator - Revista de Geografia da UFC, vol. 21, núm. 1, pp. 1-18, 2022

Universidade Federal do Ceará

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273674020022>

TERRITORIOLOGIA NA/DA PRÁXIS?

Estruturas Saquete
saquetmarcos@hotmail.com



Acceso abierto diamante

Abstract

Aparentemente, pode parecer redundante ou desnecessário destacar a necessidade de estudar o território, no entanto, esta não é uma pesquisa qualquer que estamos defendendo. Com isso, estamos, inicialmente, reassumindo nossa opção territorialista de, logo em seguida, estabelecer uma íntima relação entre o território e as cosmologias indígenas, africanas e camponesas, procurando contribuir para a qualificação teórica, conceitual, metodológica e política de uma ciência territorial popular feita por meio da pesquisa-ação-participativa. Um dos resultados apontados é a forte articulação entre essa perspectiva teórico-prática, horizontal, dialógica e reflexiva com uma concepção territorial decolonial e contra-hegemônica no contexto das relações universidade-território, ciência-conhecimento popular, sujeito-sujeito, ensino-pesquisa-extensão/cooperação.

Keywords: Território, Ciência Popular, Praxis, Pesquisa-ação-participativa.

Resumen

Aparentemente, pode parecer redundante ou desnecessário continuar evidenciando a necessidade do estudo do território hoje, no entanto, não é qualquer pesquisa que estamos discutindo. Nesse sentido, iniciaremos este trabalho retomando nossa opção territorialista e, logo após, estabeleceremos uma íntima relação entre território e cosmologias indígenas, africanas e camponesas, procurando contribuir para a qualificação teórica, conceitual, metodológica e política de uma ciência territorial popular feita por meio da pesquisa-ação participativa. Da mesma forma, e como um dos resultados observados, temos a forte articulação entre essa perspectiva teórico-prática, horizontal, dialógica e reflexiva com uma concepção territorial decolonial e contra-hegemônica no campo das relações universidade-território, ciência-conhecimento popular, sujeito-sujeito, ensino-pesquisa-extensão/cooperação.

Palabras clave: Território, Ciência Popular, Praxis, Pesquisa-ação participativa.

Resumo

Aparentemente, pode parecer redundante ou desnecessário evidenciar a necessidade de estudar o território, porém, não se trata de qualquer pesquisa a que estamos argumentando. Com isso estamos, inicialmente, retomando nossa opção territorialista no sentido de estabelecer uma íntima relação entre o território e as cosmologias indígena, africana e campeã, procurando contribuir para a qualificação teórica, conceitual, metodológica e política de uma ciência territorial popular por meio da pesquisa participativa. Dois resultados apontados são os fortes vínculos entre a perspectiva teórico-prática, horizontal, dialógica e reflexiva com uma concepção territorial-lógica decolonial e contra-hegemônica no âmbito das relações universidade-território, ciência-conhecimento popular, sujeito-sujeito, pesquisa-extensão/cooperação.

Palavras-chave: Território, Ciência Popular, Praxis, Pesquisa participante.

Notas de autor

saquetmarcos@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Sim, na literatura brasileira, através do Google Acadêmicos, identificamos que apenas a obra de Longo Filho (2022) é mencionada no conceito de "territoriologia". Na literatura internacional, por outro lado, há um papel interessante das obras publicadas, principalmente nas línguas inglesa e italiana. Nos campos do território, parece ser uma forma de entender a "territorialologia" como uma ciência dos territórios, uma tentativa de responder aos problemas existentes, como desejos e aspirações no campo das relações sociais de cada constituição territorial. Nessa ciência, essa fase está na identificação e análise de concepções -"tradições"- de interpretação do território realizadas em diferentes áreas do conhecimento -especialmente europeu- e, ao mesmo tempo,

Trata-se de uma perspectiva relacional e procedimental do território - bem conhecida no Brasil - que, por sua vez, possui fronteiras, ritmos, fluxos, consensos, hegemonias, complexidades, heterogeneidades, diferentes escalas etc., caracterizada, como diz Andrea Brighenti, num convite a compreender o território como um constituinte social e relacional, material-imaterial e heterogêneo, com seus movimentos e relações (BRIGHENTI, 2010, 2013). Para mais detalhes sobre essa leitura do território, ver Brighenti e Karrholm (2022), composições posicionamentos atualizados e instigantes.

Dessa forma, e da mesma forma que a apropriação teórica e conceitual alcançada nessa perspectiva europeia – que deve ser reconhecida –, devemos entender que nossa perspectiva de problematização e compreensão da "territorialidade" é diferente, pois estamos em uma fase de grande esforço para superar o eurocentrismo "moderno" ou "pós-moderno", geralmente acadêmico, universalista, urbanocêntrico e globalista, como desacreditamos e argumentamos em Saquet (2022). Talvez, como sei, na América Latina, este não seja um "território" na práxis, emanado e qualificado de nossos saberes e sabores, núcleos e cosmologias, ecossistemas e territórios, produzindo conhecimento mais útil para nosso povo.

Assim, parece inquestionável a importância do território entendido como conceito de interpretação na ciência da geografia e o mesmo em outras ciências afins, como a sociologia, a antropologia ou a economia. Portanto, esse conceito é relevante, significa, minimamente, que o território também é entendido como uma realidade estudada, ou objeto de estudos, aspecto que pode condicionar uma concepção categórica de território. Como categoria analítica, nossa compreensão tem sido evidenciada por um longo cabelo de menos de 22 anos, o território deve necessariamente assumir um conteúdo político muito bem definido nas classes sociais populares e duas classes mais vulneráveis, como agricultores, pescadores, artesãos, indígenas, negros-descendentes, etc.

Uma vez assumido como categoria, o território assume um sentido político, é a favor da hegemonia, é a favor da contra-hegemonia, aspecto que vivenciamos em nossos diferentes projetos de pesquisa participativa (entendida como cooperação) realizados há mais de 26 anos.

Assim, no entanto, o conceito e a categoria de território acabaram sendo assumidos, por nós, como um espaço-tempo de (in)formação, encontro, debate, pesquisa-participante, ação-participante, enfim, mobilização, luto e confronto popular com uma concepção que ousadamente consideramos territorialista da práxis (in)materializada com profundidade.

Essa reflexão é necessária para que nossa "territorialidade" tenha necessariamente um conteúdo teórico-prático, empírico-reflexivo, territorial e de compromisso social com os sujeitos de cada projeto e/ou programa de pesquisa participativa, portanto, está diretamente relacionada a uma prática popular e sustentável. Também está diretamente ligada às cosmologias populares, incluindo os dois povos originários, e acreditamos que podemos falar de um cosmos-território feito de cosmos-territórios e cosmos-territórios. "[...] A rotação constante e infinita constituía uma força capaz de unir a mesma vida compartilhada que a diferente que existe no universo e no mundo [...]" (QUINTERO, 2021, p. 18). Os corpos interagem, todos os dias, partilhando tempos e espaços: a vida, depende da vida do outro; Grupos e classes sociais são condicionados, relacionando-se-se simultaneamente com a natureza para a de nossos corpos, coabitando o universo-terra-galáxia.

Optar por uma concepção histórico-crítica, relacional (trans-multiescalar e transtemporal) e multidimensional do território, como defendemos há muito tempo, significa co-investigar, co-ensinar e co-agir com os diferentes sujeitos, para e com eles, como tentaremos sintetizar neste texto. Significa assumir que nossa vida cósmica, que matéria e ideologia não estão separadas; De fato, o material visual formado por partículas que interagem com a luz nos permite ver muitas coisas, todos os dias; O espírito é material e o material material e espiritual (energia visual e invisível) no domínio da relação intrínseca entre a Terra-sistema solar-galaxia-aglomerado de galaxias-universo, energia e material escuro.

A terra é o nosso corpo, assim como o sol e o universo. Nossa vida-morte é energia consumida que entra em colapso e retorna ao cosmos também na forma de energia. A humanidade compartilha sua existência com a Terra e o cosmos através da energia que origina sua própria vida, ou da comunicação entre "a Terra e a Terra", de forma integrada; sem o Sol e a Terra não há vida, sem energia e comunicação no espaço cósmico, onde as leis universais estão presentes, não há vida (RUEDA e RUEDA, 2022).

Isso significa, ao mesmo tempo, que o território-cosmos é vida-morte-vida, portanto, patrimônio (vital) de todos nós, natural e social, temporal e espacial, singular e universal, contendo sujeitos e conhecimentos, técnicas e tecnologias, linguagens e memórias, ecossistemas, água e só, vegetação e luz, fotossíntese e reações atômicas, etc. O território-cosmo-herança também é uma categoria de análise. Uma realidade muito complexa de poder de liberdade social e preservação da natureza, aspecto que exige, de nossa parte, profunda reflexão e ação para superar a degradação e poluição ambiental, a pobreza, a repressão, a concentração de riqueza e a centralização do poder. A "profundidade" está precisamente na raiz da colonialidade territorial e da decolonialidade.

O objetivo é promover pesquisas teórico-práticas, horizontais e dialógicas, participativas e solidárias, e é essencial para revolucionar as ciências humanas, assim como a geografia, vinculando-se diretamente à solução de nossos problemas. Precisamos, e é urgente, superar concepções de pesquisa "nuas" verdadeiras sobre determinada realidade, com muitos momentos críticos, "caminhando" em direção voltada para os movimentos ambientalistas, de contestação e de liberdade político-econômica, chegando a um patamar mais profundo, trabalhando com sujeitos de resistência, de lutas, de enfrentamentos, de decolonialidades e contra-hegemonias políticas, culturais, econômicas e ambientais. como mostrado por Saquet (2015 [2011], 2013, 2014a, 2014b, 2017, 2018a, 2018b, 2019a, 2019b, 2019c,

Dessa forma, seremos educadores e pesquisadores, dentro de dois movimentos transtemporais-transterritoriais de luta e resistência popular, confronto e decolonialidade; de movimentos práticos (in)materiais e transmultiescalares, portanto, reticulares e multidimensionais (sociais-naturais), realizados com nossa colaboração direta, trabalhando com as massas populares, rurais e/ou urbanas (SAQUET, 2021a).

Nessa práxis, então, tem envoltório territorial, ressignificando profundamente o desenvolvimento da "modernidade" e da "pós-modernidade" centradas na ideologia do progresso, da produtividade econômica, do pensamento racional baconiano-cartesiano-kantiano, do pensamento único, do neoliberalismo etc. Histórias e geografias únicas revelam, como diz Adichie (2019 [2009]), o poder de comandar e definir história e geografia que devem ser contadas e ensinadas, quem estabelece o que é e o que não é cientificamente válido. Nesse sentido, como aludimos há vários anos, em nossos projetos de pesquisa participativos, antes chamados de comunitários, buscamos sempre nos envolver e nos envolver como pessoas, contribuindo diretamente para o enriquecimento de grupos opressores, subordinados, dominadores e predatórios, envolvendo os sujeitos de cada projeto no campo da cooperação e solidariedade, participação e sinergia. Assim, coconstruímos nosso próprio envoltório, identidade, respeito, mobilização, luta, resistência, confronto territorial, um processo em que não há capital social, mas patrimônio territorial e humanitário com seus sabores e cheiros, núcleos e saberes.

Somos, somos e produzimos patrimônio todos os dias, necessariamente, precisamos transformar os visitantes, valorizá-los, incentivá-los e preservá-los, contribuindo diretamente para a libertação dos sujeitos por meio de processos compartilhados e comunitários, comunicativos e dialógicos, com autonomia de tomada de decisão e autogestão, superando a participação e englobando a participação colonizadora e opressora (SAQUET, 2021b).

UMA (SUB)VERSÃO TEÓRICA E POLÍTICA DE UMA CIÊNCIA TERRITORIAL POPULAR

Uma (sub)versação teórica e política para a construção de uma ciência territorial popular passa, necessariamente, pela superação do eurocentrismo e, para isso, identificamos na América Latina um território muito fértil baseado em cosmologias indígenas, africanas e camponesas com base em uma vasta literatura. Assim, para os propósitos deste texto, acreditamos ser necessário destacar "descaradamente" alguns aspectos que fazem parte das concepções de natureza, sociedade, tempo e espaço, como verificamos, por exemplo, o excelente trabalho de Reyes (2009), para que os povos indígenas da América concebam a unidade sociedade-natureza por meio de suas noções de tempo e espaço; tempos cosmológicos – dois movimentos solares, lunares e terrestres; este último concebido como "mãe" dos homens, alimentando-os com comida e água. Aqui, o espaço está diretamente relacionado ao lugar cotidiano, portanto, à reprodução cosmológica dos indígenas.

Assim, segundo Reyes (2009), produz um pensamento indígena voltado para o homem e seus rituais integrados ao cosmos numa relação íntima entre sociedade e natureza, divindades e sujeitos; Onde cada lugar único fornece às famílias alimentos e outros meios de vida, bem como os ritos e mitos de cada etnia indígena. Parece que havia mais do que o tempo linear, havia uma concepção e uma prática cotidiana do tempo simultâneo através do qual ele era percebido e sentido, visto e observado, relacionado e reproduzido como natureza-cosmologia-universo.

Atualmente, em virtude de dois movimentos distintos de protesto, crítica e liberdade que permitem diferentes áreas de conhecimento, espaços e tempos, podemos reconhecer os renascimentos maia e africano, os pensamentos indígenas (DUSSEL, 2009; REYES, 2009), bem como a existência de uma "ciência indígena" (QUINTERO WEIR, 2011). Também identificamos "intelectuais indígenas e campeões" como sujeitos acadêmicos que possuem produção intelectual e social junto com sua comunidade que sempre pesquisam para revitalizar seus saberes (RAMOS, 2020) e "fazer suas comunidades" por meio de suas visões de mundo, sentimentos, práticas, conflitos, poderes (QUINTERO WEIR, 2021). "O que a descoberta dos escritores africanas fez por mim foi o seguinte:

Portanto, quando discutimos métodos e processos "alternativos" de pesquisa e desenvolvimento, temos que ser muito claros sobre o que queremos e especificar como os desejos e necessidades de cada indivíduo, família, grupo e classe social. O conteúdo "alternativo" não pode ser disseminado como teorias, métodos e processos burgueses, eurocêntricos, acadêmicos, urbancêntricos e globalizantes, porque estes obviamente servem a interesses e estratégias burguesas.

O caráter "alternativo" de um determinado processo especifica o conteúdo da práxis territorial, do enfrentamento popular, decolonial e contra-hegemônico, fortalecendo relações de solidariedade, cooperação e confiança junto aos processos de conservação e preservação ambiental. Por isso, concordamos com Dussel (1995 [1979]), quando afirma que a filosofia - e a geografia também - precisa se abrir ao povo, interpretá-la e, ao mesmo tempo, dialogar com o povo para, participativa e criativamente, revolver as classes populares em direção consciente por meio de uma filosofia popular (GRAMSCI, 1975 [1929-1932]) que, Obviamente, não se restringe à filosofia das universidades.

Também concordamos com Hidalgo Flor (2011) em entender a contra-hegemonia como uma "alternativa" ao neoliberalismo, com uma posição política muito clara e definida em favor da interculturalidade e da resistência indígena. A contra-hegemonia faz-se com consciência política autônoma, superando o economicismo, articulação entre movimentos sócio-intelectuais de processo crítico-político, identificados por Francisco Hidalgo Flor nos movimentos indígenas a partir do conceito de Sumak Kawsay (bem viver) do mundo Kichwa, através do qual procuramos reproduzir o equilíbrio das relações sociedade-natureza, satisfazer as necessidades da população, respeitar a diversidade, Os direitos da natureza, a plurinacionalidade e a autonomia política.

Em relação à "alternativa", também observada em Rueda (2022), emancipação e contra-hegemonia podem ser traçadas a partir das narrativas dos povos originários numa perspectiva decolonial, sensível e transgressora para orientar a práxis crítica e emancipatória de suas próprias comunidades: quem sabe narrar

e contar para explicar e projetar o futuro. Esse problema também é destacado por Barkin (2012), no sentido de criar uma "alternativa" quando indivíduos de uma determinada organização – como as comunidades indígenas – assumem o controle de seus próprios recursos humanos, naturezas e materiais, regenerando as forças do mercado global, valorizando a solidariedade, o conhecimento local, a diversidade ecológica e a participação social.

Isso significa, não menos importante, que a autoconsciência é essencial para o autoconhecimento e a autoafirmação político-cultural, para a liberdade e autonomia dos oprimidos e, por isso, é fundamental atacar e derrotar o colonizador e a colonização, como diz Albert Memmi. "A condição colonial não pode ser alterada, a não ser eliminando a relação colonial [...] A revolta é a única saída da situação colonial, e o colonizado percebe isso mais cedo ou mais tarde" (MEMMI, 1991 [1957], p. 14).

Dessa forma, o processo "alternativo" está relacionado à contra-hegemonia e à descolonização que, por sua vez, significa um processo que foi alterado para a criação de uma "nova casa" por meio da libertação da liberdade (FANON, 2005 [1961]) que, a nosso ver, deve necessariamente passar por uma revolução nas ciências humanas. Com uma práxis territorial subversiva e contra-hegemônica, os "condenados" podem ressurgir em um movimento contínuo de libertação uns dos outros, libertando-se da opressão e da colonização, da subordinação e da dependência (FANON, 2005 [1961], 1974).

UMA VERSÃO EM(SUB)TEÓRICO-METODOLÓGICA DE UMA CIÊNCIA TERRITORIAL POPULAR

Uma discussão abstracts sobre a vida de pessoas que não conheço e cuja situação não conheço não é apenas uma perda de tempo, é também desumana e impertinente (FEYERABEND, 2010 [1987], p. 363; grifo do original).

No nosso entendimento, as mudanças qualitativas que identificamos nas ciências, principalmente nas humanidades, são resultado de inovações teóricas, conceituais e metodológicas com muito ímpeto político em aspectos oprimidos, colonizados, escravizados, discriminados, inferiores, etc., que precisam ser aprofundados devido à miséria de grande parte da população mundial e ao agravamento da poluição e degradação ambiental.

Uma das possibilidades concreto-abstratas e político-culturais que temos, baseada no fato de não conhecermos histórica e culturalmente, que temos, ancestralmente, dois indígenas, africanos e camponianos -citados acima-, sem nos colocarmos ao lado de outros povos que também são muito importantes, como europeus e asiáticos. Herança formada pelas múltiplas histórias e memórias de cada sujeito-família-lugar (ADICHIE, 2019 [2009]). Ancestralidade para a qual podemos, com calma, coconstruir soluções para problemas cotidianos em um movimento mais amplo que resultaria em uma "ciência popular e própria" (FALS BORDA, 1981, 2006 [1980], 2015 [1970]; BONILLA, CASTILLO, FALS BORDA e LIBREROS, 1972; CICHOSKI e ALVES, 2019; SAQUET, 2019a, 2019b, 2021b, 2022; SAQUET e BOZZANO, 2020), reunindo tradição e inovação,

Precisamos de uma forma de pensar que não se limite à capacidade de processar informações e ao uso de técnicas [...]. Temos que [...] romper com o estereótipo do intelectual limitado a administrar a acumulação universal de conhecimento (ZEMELMAN, 2011 [2005], p. 278).

Um território de conhecimento, em constantes disputas geopolíticas, epistêmicas, culturais, ambientais e econômicas, ciência e saber popular integrados por meio de um método adequado, contribui para a gestão de muitas das respostas que não precisamos no dia a dia, favorecendo o entendimento do "povo com sua própria ciência" para a defesa e satisfação de suas necessidades (FALS BORDA, 1981; SAQUET, 2018a, 2019a, 2019b, 2022). "O conhecimento determina as condições e possibilidades de ação, porém, a ação também determina as condições e possibilidades de conhecimento [...]" (ACOSTA, 2008, p. 98).

Assim, podemos contribuir para a ciência popular e territorial em um movimento de práxis, de construção simultânea de saberes, pensamentos e ações, um processo de pesquisa-participante e de pesquisa-participante. A coprodução de conhecimento tem o potencial de reconfigurar as relações de

poder, contribuindo para quebrar a dicotomia entre conhecimento especializado e local (TORO-MAYORGA e DUPUITS, 2021). Quando isso é feito, trata-se de uma ciência do presente e do futuro - obviamente sem cura ou passagem - realizada com o envolvimento do pesquisador para participar do processo estudado, bem como ensinar e aprender com vistas a contribuir para a reivindicação e para a luta sendo concontínua e autônoma dentro de um quadro multidimensional (SAQUET, 2021b).

Esse movimento não dispensa a "consciência de lugar" discutida e praticada territorialmente em equipes interdisciplinares e interinstitucionais com agricultores e outras cidades dentro e fora da universidade, pois ativa territorialidades, núcleos, sabores e saberes, participação social e solidariedade para a reprodução do lugar como espaço de convivência com relações comunitárias e antídoto à globalização econômica (BECATTINI e MAGNAGHI, 2015; SAQUET, 2017, 2019b, 2022; SAQUET e BOZZANO, 2020).

E essa reflexão territorial é necessariamente muito valiosa e corajosa no tempo e no espaço dos sujeitos de cada projeto, com suas necessidades mais urgentes, nosso conhecimento e suas formas de organização, mobilização e luta política por qualificação, sinergia e cooperação. Assim, ao invés de um sujeito individual e reificado, há um sujeito social-natural-espiritual-cosmológico. Busca superar os fragmentos "moderno" e "pós-moderno", bem como a negação do pensamento concreto e a criação do cotidiano para contribuir para a conquista da autonomia decisória.

Os princípios que norteiam a pesquisa e a ação transformam-se em práticas em diferentes escalas: casa-família, fundações rurais ou urbanas, ruas e rodovias, centros de formação e mobilização popular, bairros, cidades, municípios, regiões (trans-multiescalas), sempre com o objetivo de valorizar os sujeitos do campo e da cidade; Analisamos a caracterização atual dos estabelecimentos rurais, lotes urbanos e famílias, estabelecendo metas, orçamento, orçamento necessário e responsabilidades para cada atividade planejada e aprovada em assembleias comunitárias. O mercado consumidor regional de alimentos agroecológicos também foi analisado, considerando-se, para sua comercialização, circuitos curt, preferencialmente diretos, que contribuem para a criação e ampliação do consumo ecológico e solidário.

Atividades de pesquisa e cooperação realizadas para fortalecer o movimento de resistência político-cultural e luto contra os agentes hegemônicos, bem como para a conquista de melhores condições de vida. Sempre avaliamos cada projeto realizado, para orientar futuras pesquisas e ações, procurando facilitar a superação das múltiplas e complexas dificuldades encontradas no campo e na cidade.

Assim, trabalhando na interface universidade-território, pesquisa-ação, ciência-conhecimento popular, aprendemos que as sinergias são fundamentais para a integração de saberes e técnicas, sujeitos urbanos e rurais, contribuindo para a superação da separação histórica entre ciência e senso comum, intelectualidade e massa popular.

Nessa interface ou fronteira, a constituição de espaços de aprendizagem em cada projeto-pesquisa-participativo foi muito rica para nossa formação política e cultural, incentivando agricultores e cidades por meio de escritórios, cursos, intercâmbios técnicos, encontros, assembleias, mobilizações políticas, divulgação de seus produtos agroecológicos, etc.

Nesses espaços de aprendizagem criados, percebe-se claramente a leitura mais geral evidenciada por Zemelman (2006 [2003]), quando se refere aos "espaços de incorporação do sujeito" na construção do conhecimento, onde os mesmos sujeitos - abre-se para o inédito, o não reconhecido, as soluções e conceitos estabelecidos academicamente. Ouvir é fundamental!

As raízes culturais (nas relações de confiança, pertencimento e reconhecimento político-territorial) também foram bastante adequadas para promover e/ou qualificar a cooperação existente nos elos e redes locais de produção, certificação agroecológica e comercialização.

Assim, a participação popular em campos de sinergia tem sido fundamental para a valorização dos sujeitos e saberes, instigando compromissos e integrando saberes (a)teóricos, acadêmicos e populares, uma gestão territorial que consideramos dialógica e solidária (SAQUET, 2021a).

Parafraseando Torres Restrepo (1985 [1964]), uma "encarnação humana" da cultura e da história, com uma orientação popular comprometida com a comunidade comum do povo oprimido.

Dessa forma, parece claro que uma das condições para a coprodução do conhecimento é justamente a identificação e valorização das raízes históricas de cada grupo social em um determinado território

(TORO-MAYORGA e DUPUIITS, 2021), coprodução que pode ser realizada por meio do IAP - Pesquisa-Pesquisa Participante.

Assim, o IAP é descoberto como um método científico de trabalho produtivo (e não apenas de pesquisa) que envolve organizar e promover movimentos sociais de base como frentes amplas de classes populares e de diferentes grupos comprometidos com mudanças estruturais (FALS BORDA, 2012 [1986], p. 139).

Coprodução do conhecimento que vivenciamos e aprendemos ao longo dos anos, inovando e adaptando, pesquisando-refletindo-fazendo e fazendo-refletindo-pesquisando. Ver, por exemplo, Saquet e Ramírez-Miranda (2021), Canevari (2021) e Silva (2022), entre outros trabalhos em que trabalham com as conhecidas fases sucessivas da pesquisa em ciências humanas, nas quais incorporam atividades, justamente para facilitar a pesquisa participativa, tentando superar os longos e abrangentes capítulos teóricos, históricos e participativos. Contextuais - em dissertações e teses - em detrimento da análise do objeto de estudo.

Utilizamos também a simultaneidade da pesquisa-participante e da ação-participativa para envolver os sujeitos – e com eles – na pesquisa.

em análises e ações de cooperação. Obviamente, esse processo não é harmonioso e tranquilo, pelo contrário, é árduo, complexo, lento e exige muita paciência e sensibilidade por parte de todos os envolvidos em cada processo do IPA.

Assim, estamos (sub)investindo teorias, referências, conceitos e categorias, justamente como forma de pesquisar e produzir conhecimento. A revisão da literatura, sempre necessária, ocorre no decorrer da pesquisa e o mesmo tempo, vamos coletando e analisando dados secundários, preparando os mapas (digitais e/ou sociais), coletando e analisando os dados primários (Tabela 1).

O foco das leituras são os temas centrais de cada projeto; Os questionários são aplicados por nós e pelos sujeitos de cada projeto que recebem nossas análises para debater e contribuir: eles geralmente sabem muito, popularmente, sobre o que fazem no dia a dia. As ações de cooperação, como é de se esperar em uma ciência popular e territorial feita com o IAP, são discutidas e definidas a partir das demandas das famílias e grupos sociais com os quais trabalhamos.

À medida que trabalhamos o quadro interdisciplinar e multidimensional, e dada a complexidade de dois problemas normalmente identificados, definimos sempre prioridades para enfrentar o curto, médio e longo prazo. As ações se complementam no tempo e no espaço entre as diferentes dimensões da vida em sociedade-natureza.

Evidentemente, esse processo alimenta a auto-organização, a consciência do lugar, a participação social, o compromisso político e o nível de compromisso com a relação universidade-território, com a integração do saber científico-popular e, ao mesmo tempo, com o IAP e com a elaboração de cursos ou professores (Tabela 2).

1º. Revisão de literatura: revolução verde no mundo	1º. Agroecologia no Brasil e no espaço estudado, com a possibilidade de relacionar e comparar com a revolução verde
2º. Revolução verde no Brasil	2º. Território, espaço geográfico ... orientando as pesquisas dos dados secundários e primários, bem como a IAP
3º. Agroecologia no mundo e no Brasil	3º. Agroecologia no espaço estudado: pesquisa-participante
4º. Desenvolvimento no nível internacional	4º. Agroecologia e ativação das territorialidades: ação-participativa
5º. Território, espaço geográfico ...	5º. Sugestões para a gestão territorial do envolvimento ...
6º. Pesquisa documental	6º. Pode-se produzir relatório ou cadernos pedagógicos específicos para os sujeitos e instituições de cada projeto
7º. Coleta, tratamento e análise dos dados secundários	---
8º. Coleta, tratamento e análise dos dados primários etc.	---
9º. Considerações finais	---

#tab1es.jpg

Tabela 1 – Exemplos de diferentes formas de produzir conhecimento. Fonte: Elaborado por Marcos Saquet, março de 2021. Veja Mais

Fonte: Elaborado por Marcos Saquet, março de 2021. Veja Mais

Pesquisa bibliográfica e documental			Reflexão-ação
	Dados secundários	Dados primários	Reflexão-ação
Conversa	Questionários e/ou entrevistas	Entrevistas Cartografia digital	Reflexão-ação
Discussão	Pesquisa participante: oficinas, cartografia social, convivência etc.		Ação participativa: Ação-reflexão-ação

#tab2es.jpg

Tabela 2 – O processo no IAP. Fonte: Elaborado por Marcos Saquet, março de 2021. Veja Mais

Fonte: Elaborado por Marcos Saquet, março de 2021. Veja Mais

Nela, uma versatilidade metodológica e conceitual e fundamental, aliada aos objetivos e metas de cada projeto de pesquisa participativa, diante de uma fugaz e incerta, difusa e desaparecida, efêmera e durável, reveladora e rítmica, desconhecida e desconhecida, (a)teórica, (meta)física, objetiva e subjetiva. Essa realidade parece incompreensível e sem a possibilidade de reordenar as relações de poder - no processo de justiça social e preservação do meio ambiente - por meio de teorias e métodos universalizantes, globalizantes, evolutivos, econômicos e urbanos, sejam eles "modernos" ou "pós-modernos".

O sujeito imperial do capitalismo global permanece oculto por trás da racionalização do mercado e das metanarrativas, naturalizando as relações e os processos transnacionais tal como são normais e necessários para todos (ACOSTA, 2008; SAQUET, 2022). As "alternativas" ao neoliberalismo não existem para os intelectuais burgueses, exceto, é claro, com os imersos em grandes redes de um mercado que se tornou utópico e fetichizado para ser alcançado por todos.

Talvez uma "outra globalização" (SANTOS, 2008 [2000]), passando de um pensamento único para uma "consciência universal", não seja possível sem uma profunda mudança (in)material coproduzida com nosso povo. Parece que Fals Borda (2000) tem razão quando afirma que muitos fracassos das políticas nacionais decoram o desconhecimento das identidades territoriais em favor das influências imperiais. Aliás, dizer aos

outros o que fazer com base em pesquisas feitas sem sair da universidade é uma forma hipócrita e vulgar de zombando do sofrimento dos outros.

Que percebemos que pesquisadores "modernos" e "pós-modernos" diminuem o conhecimento de grupos sociais singulares, perpetuando-se como hegemônicos, silenciando e extinguindo o saber das comunidades tradicionais (RAMOS, 2020; SAQUET, 2022). Argumenta-se, e muito, a favor da assunção neutralizada da ciência e do pesquisador, perpetuando-se – sem crédito – como "úteis", nas palavras de Camilo Torres Restrepo:

Os intelectuais ocidentais típicos são pessoas que não sujam as mãos e os pés. Muitos deles falam do alto de suas cadeiras, ensinando o que leram ou as conclusões a que chegaram em seus laboratórios altamente sanitizados de gente, mas não que vivem (RAMOS, 2020, p. 138).

Portanto, é extremamente necessário investigar-guiar-refletir profundamente sobre as singularidades territoriais, com ação-reflexão-ação, com compromisso e imersão socioterritorial, horizontalidade e diálogo, levando soluções específicas para problemas localizados e universais para problemas globais, coproduzindo teorias, conceitos e métodos para nossos problemas.

UMA TERRITRIOLOGIA NA/DA PRÁTICA?

Quem sabe, trabalhando com os moldes aqui mencionados, talvez estejamos contribuindo para a construção de uma concepção efetivamente decolonial e contra-hegemônica no campo da universidade-território, ciência-conhecimento popular, sujeito-sujeito, pesquisa-extensão, bem como produzir silenciosamente uma revolução nas formas e conteúdos do conhecimento, passando pela graduação e pós-graduação. Uma práxis territorial popular pode e deve correr no interior das universidades para cocriar uma revolução político-cultural-ambiental nos projetos mais simples e humildes, transformando-se substantivamente em uma práxis territorial vinculada aos diferentes sujeitos de cada território e lugar, no tempo e no espaço.

Por meio de nossas práticas (des)materializadas por dois anos, comprovamos que estamos colaborando para a qualificação político-cultural-ambiental de uma geografia (in)material da práxis territorial popular e decolonial (SAQUET, 2021a) ou de uma geografia territorial popular, raiz ou proprietária, preferencialmente feita com o povo, também chamada de (a) geografia efetivamente comunitária e de bairro (SAQUET, 2021b).

Pensar que não está comprometido com a realidade histórica, sendo esta a única realidade que nos é dada a viver, é um pensamento sofisticado, inautêntico, solidário com o status quo, com a dominação e com o assassinato dos pobres (DUSSEL, 2017 [1973], p. 12; fase não original).

Por meio de uma geografia voltada para a práxis popular, podemos gerar soluções cocriadas, compartilhadas, debatidas e refletidas. A participação processa-se desde a recolha e análise de dados, passando pela discussão de métodos e técnicas, conceitos e objetivos, até ao planejamento e implementação de ações que visem o envolvimento e compromisso territorial, com muito enraizamento reflexivo empírico e territorial.

Assim, não é necessário mencionar que Torres Restrepo (1985 [1967]) afirmou que as ciências sociais tornaram-se indutivas, evidenciando a "irrefutabilidade dos fatos", uma unidade natural-"sobrenatural" e a "realidade integrada" do ponto de vista do material e do espírito. Essa realidade (i)material, como já dissecamos em outras ocasiões, em que o sentimento está em nós e nos outros, no cotidiano das pessoas, vivendo com sensibilidade, vivendo e cooperando com o outro, participando de suas vidas, vivendo no mesmo mundo. E essa parece ser uma das condições para avançar qualitativamente para não saber-fazer-saber direcionado à vida dos mais humildes e vulneráveis: o saber é dado para não "andar" pelo mundo, entre nós,

Visão, observação, raciocínio e sentimento se unem no pensamento - que obviamente não se restringe à universidade - permitindo-nos ver o que não vemos, perceber ou compreender o que não vemos, como

acontece entre os índios Kichwa do Equador quando se refere ao Pacha-Kawsay, que significa espaço-tempo, mundo, existência, conhecimento vivido e vivido por eles (QUINTERO WEIR, 2021).

Pensar e co-actuar/cooperar no ensino, pesquisa e extensão, dentro e for a da universidade, pode significar uma revolução na produção de conhecimento para uso do bem comum. E mais, isso pode acontecer em nossos cursos de graduação e pós-graduação. O outro precisa ser concebido como um "sujeito vivo e ativo, um sujeito de conhecimento", contribuindo para a perpetuação dos paradigmas "moderno" e "pós-moderno" (ACOSTA, 2008).

Por fim, embora muito longe de concluir esta reflexão, cabe perguntar aos nossos potenciais leitores se estamos no caminho certo para uma "território" na/da práxis? Talvez, nessa perspectiva, veja, de fato, a energia vital da futura "territorialidade" na práxis teórico-prática, científico-popular, participativa e cooperativa, decolonial e contra-hegemônica. Como construir, de fato, um mundo mais humano, "contraracional", solidário, politizado, enftico, uma "nova civilização", como anunciou Milton Santos?

CONFIRMAÇÕES

Somos imensamente gratos pelos importantes comentários do Prof. João Osvaldo Nunes Rodrigues, pois nos ajudamos a aprofundar alguns temas fundamentais, como o IAP. Agradecemos também o financiamento do CNPq (bolsa produtividade, PQ 2) e da Fundação Araucária - Paraná, por meio do Programa Novos Arranjos de Pesquisa e Inovação Alimentos e Território (NAPI Alimentos e Território).

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Yamandú. *Filosofia Latino-Americana e Democracia em Matéria de Direitos Humanos*. Montevideu: Editorial Nordan-Comunidad, 2008.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019 [2009].
- BARKIN, David. Comunidades construindo suas próprias alternativas antes da crise, *Mountain Research and Development*, n. 32, 2012, p. 11-22.
- BECATTINI, Giacomo. *Em todo o território*. Bolonha: Il Mulino, 2009.
- BECATTINI, Giacomo e MAGNAGHI, Alberto. *Coscienza di classe e coscienza di luogo*. In: BECATTINI, G. (org.). *La coscienza dei luoghi*. Roma: Donzelli, 2015. p. 115-222.
- BONILLA, Victor; CASTILLO, Gonzalo; FALS BORDA, Orlando; LIVREIROS, Augusto. *Causa popular, ciência popular*. Bogotá: Publicaciones de La Rosca, 1972.
- BRIGHENTI, Andrea Mubi. *Sobre territorologia: para uma ciência geral do território*, *Teoria, Cultura e Sociedade*, vol. 27, n. 1, 2010, p. 52-72.
- BRIGHENTI, Andrea Mubi. *Teoria dei territori*, *Scienza & Política*, vol. 25, n. 48, 2013, p. 175-183.
- BRIGHENTI, Andrea e KARRHOLM, Mattias. *Territórios, ambientes, política. Explorações em territorologia*. Londres e Nova York: Routledge, Taylor e Francis, 2022.
- CANEVARI, Tomás. *Disputas de significados e reconfiguração do social desde a enchente de 2013 em um bairro popular de La Plata. Comunicação, cidade e processos de transformação*. La Plata, Tese de doutorado (PhD em Comunicação), Universidade Nacional de La Plata, 2021.
- CICHOSKI, Pâmela e ALVES, Adilson. *A pesquisa-ação na obra de Orlando Fals Borda: contribuições para repensar o desenvolvimento rural*, *Revista Campo-Território*, vol. 14, n. 34, 2019, p. 61-85.
- DUSSEL, Enrique. *Introdução à filosofia da libertação*. Nova América, 1995 [1979].
- DUSSEL, Enrique. *Introdução*. In: DUSSEL, E.; OLIVEIRA, E.; BOHÓRQUEZ, C. (org.). *Pensamento Filosófico Latino-Americano, Caribenho e "Latino" [1300-2000]*. México, DF: Siglo XXI Editores, CREFAL, 2009. p. 15-20.
- DUSSEL, Enrique. *Por uma ética da libertação latino-americana – Volume 1*. México, DF: Siglo XXI Ed., 2017 [1973].
- FALS BORDA, Orlando. *A Ciência e o Povo*. In: GROSSI, F.; OLIVEIRA, V.; WIT, T. (org.). *Pesquisa participativa e práxis rural*. Lima: Mosca Azul, 1981. p. 19-47.
- FALS BORDA, Orlando. *O território como construção social*. In: FALS BORDA, O. *Ação e espaço. Autonomias na nova República*. Bogotá: IEPRI, 2000.
- FALS BORDA, Orlando. *Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação social*. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 2006 [1980]. p. 42-62.
- FALS BORDA, Orlando. *Primeira lição: saber interagir e organizar*. In: HERRERA FARFÁN, N. e LÓPEZ GUZMÁN, L. (org.). *Ciência, compromisso e mudança social. Textos de Orlando Fals Borda*. Buenos Aires: El Colectivo – Lanzas y Letras – Livros de Extensão, 2012 [1986]. p. 123-141.
- FALS BORDA, Orlando. *Rumo ao socialismo de raiz e outros escritos*. In: Orlando Fals Borda – *Socialismo raizal y el ordenamiento territorial*. Bogotá: Ed. De baixo, 2013 [2007]. p. 35-136.
- FALS BORDA, Orlando. *Crise, compromisso e ciência*. Em: _____. *Uma sociologia senciante para a América Latina*. Cidade do México: Século XXI; CLACSO, 2015 [1970]. p. 219-252.
- FANON, Frantz. *Os malditos da terra*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005 [1961].
- FANON, Frantz. *Dialética da libertação*. Buenos Aires: Pirata, 1974.

- FEYERABEND, Paulo. Adeus à razão. São Paulo: Editora Unesp, 2010 [1987].
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2011 [1974].
- FREIRE, Paulo. A pedagogia dá autonomia. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011 [1996].
- GRAMSCI, Antônio. Quaderni del carcere, vol. I (1929-1932). Turim: Einaudi, 1975.
- GRAMSCI, Antônio. Quaderni del carcere, vol.III (1932-1935). Turim: Einaudi, 1975.
- HIDALGO FLOR, Francisco. Buen vivir, sumak kawsay: contribuição contra-hegemônica do processo andino, Utopia e práxis latino-americana, vol. 16, n. 53, 2011, p. 85-94.
- KUSCH, Rodolfo. América profunda. Rosário, Argentina: Editorial Fundación Ross, 1962.
- LONGO FILHO, Fernando. Brasília: Direito do território, cartografia jurídica e arranjos institucionais. São Paulo: Editora Dialetica, 2022.
- MAGNAGHI, Alberto. A lunga marcia do passeio ao redor do território. In: BECATTINI, G. (org.). La coscienza dei luoghi. Roma: Donzelli, 2015. pág. VII-XVI.
- MEMMI, Alberto. O colonizador e o colonizado. Boston: Beacon Press, 1991 [1957].
- QUINTERO WEIR, José. Wopukaru Jatumi Wataawai: O Caminho para Nosso Próprio Conhecimento, Utopia e Práxis Latino-Americana, ano 16, n. 54, 2011, p. 93-116.
- QUINTERO WEIR, José. Conhecer a partir do sentido indígena do pensamento – teoria e prática do conhecimento para a vida. Universidad Autónoma Indígena, Guadalajara, México, 2021.
- RAMOS, Antônio Dari. Escopos teórico-metodológicos e desafios da epistemologia decolonial: intelectuais indígenas e defensores no centro do debate. In: KNAPP, Cássio; MARSCHNER, Walter (org.). Educação e territorialidade. Dourados, MS: Editora UEMS, 2020. p. 112-145.
- REYES, Luís Alberto. Pensamento Indígena nas Américas. Buenos Aires: Biblos, 2009.
- RUEDA, Eduardo. Origens e Trajetórias da Humanidade: Narrativas Originais e Emancipação. In: RUEDA, Eduardo et. Em. (Org.). Voltando à Origem: Narrativas Ancestrais sobre a Humanidade, o Tempo e o Mundo. Buenos Aires: CLACSO; Montevideu: UNESCO, 2022. p. 17-22.
- RUEDA, Eduardo e RUEDA, Nicolás. Um telhado entrelaçado: memória de origem e futuro. In: RUEDA, Eduardo et. Em. (Org.). Voltando à Origem: Narrativas Ancestrais sobre a Humanidade, o Tempo e o Mundo. Buenos Aires: CLACSO; Montevideu: UNESCO, 2022. p. 127-148.
- SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2008 [2000].
- SAQUET, Marcos. Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2017.
- SAQUET, Marcos. Uma perspectiva de análise contra-hegemônica e transformação territorial, Geographica Helvetica, v. 73, p. 347 - 355, 2018a.
- SAQUET, Marcos. A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial, Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 20, n. 3, 2018b, p. 479 - 505.
- SAQUET, Marcos. Ciência popular e contra-hegemonia no desenvolvimento. In: CURY, M.; MAGNAMI, E e CARVALHO, R. (org.). Ambiente e território: abordagens e transformações sociais. Londrina: Madreperóla, 2019a. p. 33-49.
- SAQUET, Marcos. Conhecimento popular, práxis territorial e contra-hegemonia. Rio de Janeiro: Consequência, 2019b.
- SAQUET, Marcos. O conhecimento popular na práxis territorial: uma possibilidade para trabalhar com as pessoas, AGEI - Geotema, Suplemento 2019c, p. 5-16.
- SAQUET, Marcos. O território: a abordagem territorial e suas implicações nas dinâmicas de desenvolvimento, Informe Gepec, v. 23, 2019d, p. 25-39.

- SAQUET, Marcos. Práxis no desenvolvimento territorial contra-hegemônico: outros paradigmas de pesquisa e ação participativa. In: GRIGNOLI, D. e BORTOLETTO, N. (org.). Dal locale al globale e ritorno: nuovi paradigmi e nuovi modelli di azione. Milão: Franco Angeli, 2019d. p. 61-75.
- SAQUET, Marcos. Uma Geografia (i)material voltada para a práxis territorial popular e descolonial, Revista NERA, vol. 24, n. 57, 2021a, p. 54-78.
- SAQUET, Marcos. O território numa perspectiva popular. In: MEURER, Ane Carine et al. As categorias e as geografias do século XXI. São Paulo: FFLCH, 2021b. p. 152-196.
- SAQUET, Marcos. Singularidades: um manifesto a favor da ciência territorial popular na práxis decolonial e contra-hegemônica. Rio de Janeiro. Editora Consequência, 2022.
- SAQUET, Marcos e BOZZANO, Horacio. Concepções e práticas de território na América Latina: contribuições para o debate (I), Revista Continentes, ano 9, n. 16, 2020, p. 257-281.
- SAQUET, Marcos e RAMÍREZ-MIRANDA, César. A Práxis Transversal e Territorial do Desenvolvimento Regional. In: Mishra, M. et al. Planejamento e Prática de Desenvolvimento Regional. Singapura: Springer Nature, 2021. p. 10-33.
- SILVA, Luis Fabiano. Práxis territorial e contra-hegemônica: uma experiência de pesquisa participativa no Quilombo Bom Sucesso, Mata Roma, MA. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual do Centro-Sul, Unicentro, 2022.
- TORO-MAYORGA, Lorena e DUPUITS, Emile. Coprodução de desenvolvimento territorial: estratégias público-comunitárias para água e alimentos em Imbabura, Equador, Eutopia, n. 19, 2021, p. 157-174.
- TORRES RESTREPO, Camilo. O homem bidimensional. In: Camilo Torres Restrepo – escritos, Bogotá, 1985 [1967], p. 43-46.
- TORRES RESTREPO, Camilo. Responsabilidade do cristão no planejamento econômico. In: Camilo Torres Restrepo – escritos, Bogotá, 1985 [1964], p. 61-67.
- ZEMELMAN, Hugo. Sujeito e sentido. Considerações sobre a relação do sujeito com o conhecimento que constrói. In: SOUSA SANTOS, B. (Org.). Conhecimento prudente para uma vida digna. São Paulo: Cortez, 2006 [2003]. por exemplo. 457-468.
- ZEMELMAN, Hugo. A premissa da consciência histórica. In: ZEMELMAN, H. Configurações críticas. Pensamento epistêmico sobre a realidade. México, DF: Siglo XXI/CCREAAMC, 2011 [2005], p. 273-290.